



Revista
Symposium

UNIVERSIDADE HOJE: COMPROMISSO COM A VERDADE, FÉ E JUSTIÇA

Pe. Paulo Meneses, SJ

Resumo: Universidade hoje, compromissos com a verdade, fé e justiça. O século XI viu o surgimento das primeiras universidades na Europa. Às portas do terceiro milênio, um questionamento se impõe sobre o papel delas na contemporaneidade: a Universidade, na forma que a conhecemos, ainda é atual? O autor ao responder à questão tem em mente não a instituição de forma genérica mas, em especial, a Universidade Católica e esta, comprometida com a verdade, com a fé e com a justiça, sim, é atual. Na medida em que não se preste apenas a atender às demandas do mercado de trabalho, organizar pesquisas e produzir saber em consonância com métodos científicos, mas, antes, assumindo compromissos libertadores contra todas as formas de opressão e discriminação sociais, à luz do evangelho, na construção da cidadania.

Palavras-chave: fé, verdade, justiça, universidade e cidadania.

Abstracts: The first universities in Europe appeared in the 11th century. As the third millennium gets near, it is important to question the role of these universities in the modern world. Are they still, in the form that we know them, modern? To answer

this question, the author has in mind not the institution in general, but specially the Catholic University. This University is indeed modern because it is committed to truth, faith, and justice. It shows itself thus to the extent that it is engaged to fight against all forms of oppression and social discrimination in the light of the Gospels in the construction of citizenship. It does not simply limit itself to meeting the demands of the jobs market or to conduct research and to generate knowledge consonant with scientific methods.

Key words: faith, truth, justice, university, citizenship

Muitos questionam se a Universidade, na forma que conhecemos, ainda é atual. Certamente, não é a Universidade a única instituição nem o único veículo da cultura superior. Não existiu sempre, e nada pode garantir que vai durar para sempre: tudo que começa no tempo tem a marca do tempo. São afirmações óbvias, mas não é isso que está em questão. Trata-se de saber se, no momento presente, a Universidade ainda é atual; se já se encontrou algo para substituí-la, que desempenhe tão bem ou melhor suas funções. O título que a Coordenação do Seminário me deu para esta Conferência inaugural já traz uma resposta nítida. A Universidade hoje é atual, pelo seu compromisso com a *verdade, com a fé e com a justiça*. Estou de pleno acordo com essa formulação, pois, enquanto a busca da verdade for um valor e uma tarefa permanentes para o espírito humano; enquanto nesta vida terrena a fé for o caminho indispensável para chegar a Deus; enquanto a organização da sociedade humana, a nível nacional e internacional, apresentar tantas distorções e desigualdades escandalosas, a Universidade Católica, como hoje existe, é de uma atualidade absoluta. Com efeito, sua busca apaixonada da verdade e da razão; o diálogo que estabelece entre a razão e a fé - que testemunha no meio de todas as culturas, sua ânsia pela justiça no meio das distorções e desigualdades escandalosas de nossas sociedades -, tudo isso é demasiado atual, e se a Universidade não existisse, estaria na hora de inventá-la.

Mas, invertendo a formulação, também pode-

mos dizer que, se a Universidade não tem como alma a busca da verdade, mas apenas fins mais profanos, embora legítimos - formar profissionais segundo as demandas do mercado, organizar pesquisas a pedido de seus clientes e empresas, atender à pretensão das classes médias de aumentarem seu nível de ingressos através de diplomas prestigiosos etc.,- não se justifica a existência da Universidade, pois Escolas de formação profissional ou institutos tecnológicos podem muito bem realizar essas tarefas com mais especialização e produtividade. Se a Universidade Católica tem com a Igreja um vínculo sobretudo patrimonial, mas não assume a dimensão católica como sua essência e razão de ser, não precisa existir: qualquer Universidade pública ou privada pode dar conta do ensino superior. Não se deve tomar o nome de Deus em vão, e uma Universidade que de católica tem apenas o rótulo é antes um contra-testemunho à causa do Evangelho. Mas até mesmo, se querendo dar testemunho da fé esquecer a justiça, essa fé é morta, como diz São Tiago, e tal Universidade, como católica, é também morta.

Vamos agora desenvolver os três compromissos da Universidade hoje, tais como nos foram propostos. Parece paradoxal que, sendo a liberdade uma característica essencial para que uma instituição de ensino seja Universidade verdadeira, essa Universidade católica se defina por seus *compromissos*. Como se pode ser *livre* sendo de três modos *comprometida*?

Mas justamente esse paradoxo é o paradoxo da liberdade autêntica, que é a adesão ao **bem** e a libertação do mal. Que maior liberdade pode haver do que na **verdade**? Por isso diz o Evangelho: “*A verdade vos libertará*”. O erro e a falsidade é que escravizam. E, como o compromisso com a justiça poderia tolher a liberdade, quando é tomar partido pela libertação contra todas as opressões, pela emancipação e pelos direitos do ser humano?

Vamos examinar, pois, esses três compromissos libertadores, que *definem nossa natureza ou*

essência de Universidade católica hoje, mas que, assim fazendo, nos dão *caráter*, ou seja, uma marca indelével, porque, por meio deles, somos o que somos e o que, em plena e límpida liberdade, queremos ser.

I - O COMPROMISSO COM A VERDADE

Eis o primeiro compromisso da Universidade, que constitui sua razão de ser e sua própria vida: a busca da verdade. Aí está também sua nobreza, esse caráter de excelência que a distingue entre as outras Instituições e instâncias sociais. Com efeito, o ser humano se define por sua racionalidade; e assim uma instituição que vive da inteligência e para a inteligência tem necessariamente um prestígio merecido.

A inteligência é uma potência, uma capacidade “apreensiva” feita para “captar o ser”, todo o ser. Quando o consegue, alcança a verdade, pois conseguiu formular o ser em um conceito seu: um conceito que é a própria inteligência, assumindo a forma do ser, objeto de seu conhecimento. Dizer parece muito simples; mas nossa inteligência é a ínfima das inteligências existentes: a verdade não está além dela, mas se encontra quase no seu limite, no termo de um longo e penoso processo, que é a busca da verdade. Mas a verdade é tão maravilhosa e bela, que a própria busca da verdade já é uma tarefa de extremo valor. Isso, desde a Idade Média, S. Tomás sabia muito bem; e se vêm nos dizer que o caminho da ciência é o método hipotético-dedutivo, que nossas teorias são apenas hipóteses consistentes, sujeitas sempre a revisões e reformulações com o progredir das ciências, apenas se está dando ênfase à tarefa inconclusa, que é a busca da verdade, e à necessidade de buscá-la sempre, sem descansar nos conhecimentos de hoje, como se tudo já estivesse dito.

A limitação da inteligência humana era porém vista por S. Tomás como sua condição terrestre, por ser a inteligência de um espírito encarnado. Mas em si, e como espírito, seu âmbito é ilimitado, infinito. Foi criado com a capacidade de rece-



ber em si o próprio Deus, diretamente, na intuição da visão beatífica. E, por isso, é capaz de apreender todo o ser, e assim a busca da verdade não tem limites: tudo o que existe é inteligível, e o espírito humano, se é capaz de entender a Deus, é capaz de entender tudo, contanto que encontre um método apropriado, pesquise e torne a pesquisar, entre erros e acertos, até conquistar o seu objeto.

Essa concepção, ao mesmo tempo humilde e ativa de nossa inteligência, é muito condizente com o espírito científico e com o *ethos* da pesquisa universitária: os obstáculos são desafios que convidam ao esforço obstinado, mas a certeza na capacidade do espírito humano dá-lhe uma imensa esperança, pela garantia de que a comunidade científica um dia chegará a equacionar os problemas que não conseguimos ainda decifrar.

Mas deixemos essa epistemologia ou “metafísica do conhecimento” e vamos focar a tarefa da inteligência na Universidade: seu esforço de *produzir conhecimentos* e de organizar, na medida do possível, um ‘sistema do saber’. A palavra *universidade* alude, por sua etimologia, a uma universalidade do saber: vai além de um saber particular, especializado, e aponta para um feixe de saberes, ou mesmo para a integração entre muitos(ou todos) os saberes.

Vejamos primeiro a **produção de conhecimentos**. A cultura é transmissão de conhecimentos e de tradições: mas essa conservação da cultura é uma criação continuada, pois as gerações e os problemas se deslocam com o tempo, e não se pode comparar essa conservação criadora de algo vivo com a conservação de um fóssil ou de uma múmia. Daí Universidade e pesquisa serem sinônimos, a tal ponto que, na Universidade clássica alemã, o ensino é como uma derivação da pesquisa e um modo de formar novos pesquisadores. Pois a verdade não é objeto de consumo, nem a inteligência é passiva receptora de conteúdos: entender já é recriar conceitos, implica uma nova codificação quando realmente se entende e assimila a verdade. A Universidade é o lugar do *pensamento pensante*, e esse é a fonte e origem de todo o *pensamento pensado*. A cultura de

uma sociedade faz migrar conteúdos entre mentes e gerações; mas é um processo derivado: o processo fundamental, a verdade em estado nascente, é o *pensamento pensante* - honra e glória, fruto maduro do esforço da Universidade.

Por isso o objetivo maior do ensino universitário, tal como o entenderam os jesuítas desde a primeira *Ratio Studiorum*, é **ensinar a pensar**: essa formação intelectual que habilita o espírito a conquistar a verdade, faz dele um pesquisador, um produtor de conhecimentos, um criador.

Passemos à **universalidade**, que está na própria etimologia da Universidade. Sua ambição é o saber universal: não um saber particular ou especializado, mas a pluralidade e, quanto possível, a totalidade dos saberes. Na época atual, parece excessiva e utópica tal ambição. Na verdade, as objeções se esvaziam se consideramos essa ambição como uma *tendência*, como um espírito que rege a conspiração de saberes na Universidade. É, antes de tudo, a exclusão radical do **unilateralismo**. A razão humana não é como a inteligência divina, que, em seu Verbo único, abrange a totalidade dos seres; nem participa da intuição angélica, que, em cada uma de suas idéias inatas, abarca uma grande diversidade de essências, como diz o Doutor Angélico, que de Anjos devia entender... Nossa inteligência está dispersa na multiplicidade, necessita de muito discorrer da razão, distinguir e comparar, estabelecer correlações e integrar suas noções progressivamente, em conceitos mais gerais e mais simples. Essas são as sínteses humanas, penosas e imperfeitas, mas indispensáveis. Não há outro meio de escapar do *unilateralismo*, essa deformação fatal na busca da verdade, porque *reduz ao mesmo o que é outra*. empobrece a rica e multiforme diversidade em nome de uma unidade pobre e abstrata. Não assim o esforço da Universidade, que é fazer os diversos setores do conhecimento se confrontarem no diálogo, no estudo interdisciplinar dos problemas, imitando, em escala humana, nessa unidade discursiva da razão, a unidade originária, que, através da pluralidade, se manifesta em sua riqueza; e reconduzindo a ela, em sínteses sempre precárias e marcadas pelo tempo, o saber humano.

Essa unidade na diversidade, podemos vê-la na magnífica criação, que surgiu contemporânea das Universidades, as *Catedrais*. Quantos milhares de pedras foram lavradas, para subirem paredes e arcos; quanta madeira foi trabalhada, quantas estátuas esculpidas, quantos vitrais descodificaram a luz branca do sol numa profusão de cores deslumbrantes. E o resultado é *uma* Catedral: Nôtre Dame, Chartres, Colônia, cada uma tem uma unidade de concepção e de beleza artística. O mesmo se diga de uma *Orquestra*, que diversidade de timbres e de instrumentos, cordas, metais, percussão, sopro, e tudo se funde na unidade mágica de uma sinfonia; unidade que é a convergência numa única obra de arte de uma pluralidade magnífica.

A busca da *verdade*, como na catedral e na orquestra, a busca da *beleza*, opera igualmente essa recondução da multiplicidade à unidade. Aliás, a verdade também é uma beleza e produz um prazer muito próximo do prazer estético ou um júbilo e embriaguês que só conhece quem os experimentou. “*Castam bibamus sobriam ebrietatem spiritus*”, diz um hino litúrgico. E não é só o espírito de Deus que causa essa casta embriaguês; o espírito humano também se embriaga, a seu modo, com o néctar da verdade. Não é sem motivo que S. Tomás coloca, num ato da inteligência - a visão de Deus -, o supremo gozo do ser humano: e nisso estava de acordo não só com Platão e Plotino, mas com o próprio Aristóteles naquele fecho do último livro da sua *Metafísica*, que encantou Hegel, a ponto de encerrar com ele sua *Filosofia do Espírito*.

É este, pois, o ‘segredo’ da Universidade: a paixão pela verdade, sua busca em todos os níveis da realidade, aonde quer que possa chegar a razão humana. E se além de nossa experiência e de nossa lógica humanas surgir uma verdade divina, qual será a atitude da Universidade? Recusá-la por estar fora dos limites da razão pura? Ou abraçá-la por ser verdade, e mais excelsa verdade, por sua origem divina?

II - COMPROMISSO COM A FÉ

Platão tem em seus escritos uma passagem intrigante: diz que, até aquele ponto, foi possível chegar pelo raciocínio humano. Para ir além, seria preciso aguardar uma revelação divina. Parece profecia, e não foi sem motivo que na Renascença Platão foi considerado um ‘profeta pagão’ por ter dito também que “o Justo será flagelado, torturado amarrado...e depois de sofrer todos os males, será crucificado”. (Ver República, II, 361-362). Platão foi o descobridor do mundo espiritual para além do mundo sensível e considerava seu estudo como uma ‘segunda navegação’ da inteligência, em busca da verdade. Mas parece que vislumbrou uma ‘terceira navegação’, para além dos limites de nossa razão, em que o barco seria impulsionado por uma força divina.

Isso é a fé para nós. Não é uma ruptura com o exercício de nossa inteligência na busca da verdade: é um novo ímpeto dessa ânsia originária, mas, desta vez, sob impulso da graça divina. As limitações de nossa inteligência, “em sua condição carnal”, como dizia Maritain, são demasiado conhecidas, em especial quando se trata de esclarecer as mais altas verdades sobre Deus e sobre nosso destino. Para nós, a fé não vem destruir nem coarctar a razão, vem potenciá-la, fazer alcançar níveis superiores de verdade. Podemos comparar com os satélites que o homem lança ao espaço, rumo a outros planetas: em suas primeiras etapas, são impedidos pelos combustíveis terrenos, mas, a partir de um certo ponto, é a própria força de atração do sol que traça suas órbitas.

Entre a razão humana e a fé, há um movimento circular, uma circum-incessão, como na Trindade, que S. Agostinho exprimiu como *fides quaerens intellectum* e como *intellectus quaerens fidem*. O intelecto que procurava a fé, vimos na própria formulação do mais divino dos filósofos, Platão. A fé que procura o intelecto, que vem a seu encontro para



socorrê-lo em suas aporias e fazer aceder a mais altas verdades, podemos ver desde Filo de Alexandria, o genial pioneiro da síntese entre revelação e razão, e na gloriosa galeria que vai dos Padres Gregos, passando por S. Agostinho, até Tomás de Aquino.

Filo de Alexandria considerava Moisés um filósofo que foi além dos gregos, por sua concepção de Deus no livro do Êxodo, como “Eu sou o que sou”. Deus como ser, como plenitude do ser, como o infinito ato de existir: “*Ens aijus essentia est Esse*”. Não vou desenvolver o alcance filosófico dessa revelação: o P. Henrique Vaz, num artigo recente sobre a filosofia tomista, expôs esse ponto de maneira magistral (SINTESE, N. 73). Também a concepção de Deus como Amor, que S. João apresenta, vai muito além do que a razão humana tinha excogitado. Mas não é somente Deus que a fé nos permite conhecer de um modo mais perfeito; o homem recebe da fé uma nova conceituação: feito à imagem e semelhança de Deus, é uma *pessoa*, e não um puro indivíduo que só existe em função da espécie e do grupo; tem um destino transcendente, uma dignidade excelsa, pelo simples fato de sua personalidade humana. Já se vê quantas conseqüências daí resultam para a sociedade, para o Estado, para a Ordem internacional. Os Direitos Humanos, que hoje em dia alcançaram tanta importância, têm sua base nessa concepção cristã do ser humano.

Dizemos isso para acentuar até que ponto a fé está no prolongamento da busca humana pela verdade e como esclarece, com a luz que vem do alto, problemas cruciais do ser humano. Porém nossa fé é muito mais que uma suplementação de inteligibilidade para a razão humana. Nossa fé é aceitar a Cristo como nossa verdade e vida e, através de sua graça, participar da própria vida divina de que desfrutaremos na glória, pela visão beatífica, quando a plenitude da verdade inundar toda a nossa inteligência e todo o nosso ser. Entretanto, nesta vida terrestre, que é o horizonte de nossa fé, o sentido de nossa vida é participar da missão de Cristo, que veio como Redentor do mundo, para levar toda a história humana e todo o universo criado de volta a Deus Pai. A Universidade Católica se insere nesse

grande movimento de “cristogênese”, como dizia Teilhard de Chardin, inspirado em São Paulo, e como o místico Inácio de Loyola contemplou nas margens do Cardoner, onde recebeu a iluminação que orientou toda a sua vida e que o levou a fundar a Companhia de Jesus.

Uma Universidade Católica, fundada por jesuítas, como é a nossa, não oculta, mas proclama, alto e bom som, sua inserção neste grande movimento de evangelizar toda a criatura, que Cristo continua até ao fim dos tempos, por meio de sua Igreja. Proclama-o sem triunfalismo, mas com muita honra: seu testemunho do Evangelho se identifica para ela com a procura da verdade, com seu esforço de ser uma Universidade de uma qualidade sempre melhor, mas atenta aos desafios de seu tempo, a partir das riquezas de sua tradição católica. A *evangelização* numa Universidade Católica, hoje, não é uma tarefa de proselitismo, mas de *diálogo*. Diálogo entre a Fé e as ciências, entre a Religião e as culturas - o método dialógico é indispensável na busca da verdade que diz respeito ao sentido da vida humana e o caminho da paz e da compreensão entre os homens. O que a Universidade Católica exige é que as pessoas que integram sua comunidade, mesmo que não tenham fé ou pertençam a outras tradições religiosas, respeitem também a nossa opção católica e estejam igualmente dispostas a um diálogo sincero sobre os problemas humanos, os desafios de nossa cultura, os rumos e as distorções de nossas sociedades.

A partir de sua fé, a Universidade vê, com alegria e esperança, o novo milênio que se aproxima. A Igreja vai festejá-lo com um *jubileu*, e nossa fé em Cristo Senhor dos tempos e da história nos traz um grande júbilo na certeza de que o terceiro milênio vai abrir um imenso campo à difusão do Evangelho entre todas as nações, onde a mensagem de Cristo, Rei da paz, traga ao nosso mundo uma era de fraternidade e de justiça: uma grande efusão do Espírito que, na gênese do mundo, “pairava sobre as águas” - ao que parece, sobre as ondas do mar -; hoje venha a pairar sobre tantas ondas e redes de comunicação, unindo os povos e indivíduos em torno do bem, da verdade e da paz, fruto da

justiça.

III - COMPROMISSO COM A JUSTIÇA

A Ordem dos jesuítas, nos seus documentos oficiais pós-conciliares - suas Congregações Gerais -, tem definido sua missão como serviço da Fé e promoção da Justiça; tão inseparáveis lhe parecem essas duas dimensões, a fé que se manifesta na justiça, e a justiça que é o fruto necessário da fé autêntica. Uma Universidade da Companhia de Jesus tem como um dos elementos que a definem o compromisso com a justiça.

Todos sabem o que é justiça, pelo menos num caso concreto em que possam indicar o que é justo e o que não é. Um estudo mais profundo sobre a natureza e as formas da justiça exigiria um tratado. Entre os dois extremos, vamos seguir uma via média, enfocando a justiça no próprio indivíduo, como atitude ética; e daí, sua relação com o Estado, como atitude de cidadania; e em relação à sociedade, como justiça social. O compromisso da Universidade para com a justiça se cumpre, sobretudo, quando ela consegue dar a seus alunos (e também aos pesquisadores e professores) uma formação ética: quando faz deles verdadeiros cidadãos, conscientes do bem comum, e os torna capazes de promover uma ordem social baseada na justiça e na equidade.

a) Uma atitude ética.

Sabe-se que a Companhia de Jesus não se dedicou ao mundo universitário apenas para ensinar disciplinas e promover as ciências, e sim para *educar*: Educação quer dizer a formação integral do homem, o pleno desenvolvimento de sua humanidade; e o que faz o indivíduo ser um *homem de bem*, o que lhe dá um valor propriamente humano é sua qualidade *ética*, o seu *caráter*. E isso é de tal forma verdadeiro, que sem a ética tudo o mais perderia o sentido; o saber voltado para o mal é mais nocivo que a ignorância. As outras qualidades humanas, como persistência, capacidade de influenciar pessoas, de administrar, de comunicar-se, quando falta a ética, tornam-se perniciosas: as máfias têm uma organização invejável, muita inteligência e astúcia a

serviço de seus fins criminosos. São evidências ululantes, como dizia Nelson Rodrigues, mas que não é ocioso lembrar, quando há pessoas julgando que a ciência está além do bem e do mal, e não querem submeter ao tribunal da ética aventuras tão perigosas como a manipulação genética.

Uma pessoa ética é alguém que submete suas ações à voz da consciência, que procura agir sempre segundo o que é correto e considera seu dever escolher o bem em todas as circunstâncias - e não apenas quando pode ser apanhado em flagrante ou punido. Essa atitude torna-se como uma segunda natureza na pessoa ética; espontaneamente abraça o que é justo e quase instintivamente repele o que é mau ou indigno. Uma pessoa ética é o que chamamos um "bom caráter" - alguém que se rege por princípios e não por paixões ou interesses e em que se pode confiar. Aquela lei elementar que se encontra expressa em várias culturas: "Não fazer aos outros o que não queres que façam a ti mesmo". A preocupação de não lesar os direitos alheios, de respeitar os direitos humanos de todos, de ser sincero e magnânimo, tudo isso completa o perfil da pessoa ética.

Essa formação ética geral particulariza-se nas várias profissões e estados, cada uma tem sua ética regional. Compete à Universidade oferecer, nos diversos currículos, uma variedade de éticas profissionais e promover estudos sobre problemas éticos emergentes, pois, a cada passo, as mudanças sociais, as inovações tecnológicas trazem novos problemas éticos; e onde podem ser melhor estudados do que na Universidade, onde há especialistas de vários ramos do saber que podem examinar os problemas de vários ângulos, do ponto de vista técnico, econômico, social, jurídico, filosófico, teológico etc.

É claro que a pura formação teórica é insatisfatória, no campo da ética mais do que em qualquer outro. Como obter que os advogados e juizes, formados na Universidade Católica, tenham um compromisso com a justiça e com a verdade e não se tornem defensores de causas anti-sociais que podem pagar altíssimos emolumentos? Que os médicos pautem suas vidas pelo juramento de



Hipócrates, e não pelas empresas de saúde que funcionam na mais estrita lógica do capitalismo selvagem? E os Administradores de Empresas, os Economistas, os Contabilistas, como fazer que revertam a cultura de corrupção que se instalou em nosso país e cada semana nos brinda com novo escândalo, com um novo golpe? As dificuldades são graves, e me parece que não basta uma Divisão de Pastoral para obviar a isso; é preciso que os próprios Departamentos, ao mesmo tempo que fornecem uma formação profissional se esforcem por incutir nos alunos uma ética profissional. Essa ética também deve estar presente na escolha e aceitação de pesquisas: não é só porque um assunto desperta curiosidade ou porque uma empresa financia uma pesquisa que vamos aceitá-la; há que ver sua conotação ética. Se o Pentágono nos propusesse financiar uma pesquisa, por exemplo, para um cálculo financeiro, aconselharia a aceitar; mas uma visão ética a rejeitaria por amor da paz, e não da guerra. Trata-se de um caso utópico, mas se entende muito bem aonde queremos chegar.

Quando se vê a maré de corrupção que inunda nosso país, e tantos outros, fica-se pessimista a respeito do futuro da ética em nossos dias. Contudo, há espaço para um exercício de esperança, no meio desse nevoeiro. Até a mesma preocupação com a ética - que, hoje em dia, ocupa um espaço crescente na consciência social e na mídia - é um sinal precursor de que as coisas começam a mudar. Os próprios exageros da corrupção, seu descaramento e ambição desmedida provocam uma reação sadia. Lembre-se o caso de P. C. Farias e Collor. Costumo fazer uma analogia com o movimento ecológico: foi preciso que a poluição atingisse patamares extremos, que o buraco de ozônio crescesse tanto, que o ar de grandes cidades se tornasse irrespirável para que o movimento ecológico ganhasse força por cima de todos os partidos e ideologias. Não se pode esperar o mesmo no campo da ética, e que os excessos da corrupção possam servir de ponto de partida para a indignação ética que dê um basta a uma situação insustentável? Esta é a nossa esperança: que se tome consciência de que nossa sobrevivência como nação, que nosso desenvolvimento com justiça social passam por uma retomada da consciência ética.

b) Uma atitude de cidadania

Os gregos viam a questão da ética e da justiça na perspectiva da *polis*. Ética e justiça eram coisas de cidadão, e não de “belas almas”, que se fixavam apenas na perfeição moral do indivíduo, num moralismo estéril que preferia isolar-se do ruído da coisa pública e refugiar-se no interior da vida privada. O cidadão se realizava na sua *polis*, ali procurava estabelecer a justiça através de leis justas, e sua vida pública era a suprema expressão da ética, que a razão acendia no indivíduo para iluminar toda a comunidade política. Aliás, a própria razão não era vista como um apanágio do indivíduo: a razão era comum a todas as inteligências, e justamente a *polis*, por reunir, no mesmo espaço geográfico, uma multidão de indivíduos racionais, era o espaço do diálogo, onde, no exercício de troca de idéias e de convencimento recíproco, a razão se aprimorava e atingia sua plenitude. A própria virtude, ‘*areté*’, não tinha essa conotação individual ou individualista que recebeu depois; aproximava-se mais da ‘*virtù*’ do Renascimento: era uma virtude ‘política’.

Mas os tempos dos gregos vão longe - ou talvez nem tão longe assim, pois há dois séculos a Revolução Francesa queria reviver, em atos e gestos, o ‘mito fundador’ da democracia, que é a cidade grega. Até há pouco tempo, dizia-se que era impossível, nas comunidades políticas de muitos milhões de habitantes, que são as nações modernas, ter uma democracia de plena participação como na Grécia. E contudo, já se fala em “aldeia global”, e a Internet talvez seja um simples prelúdio da capacidade de comunicação plena que está surgindo em nosso horizonte histórico. Os cidadãos poderão um dia ser consultados imediatamente sobre os problemas do Estado, e os segredos do Estado poderão ser acessados por alguns toques no teclado dos computadores do cidadão. Então, se eram problemas técnicos que impediam a democracia direta, a própria técnica pode restabelecer suas condições; e não está muito longe disso.

Na verdade, a história do Estado neste milênio que termina, muitas vezes seguiu mais o padrão do despotismo asiático do que da democra-

cia grega. Teria sido isso que deixou em setores cristãos uma aversão ao Estado, muitas vezes inconsciente como um trauma? Podemos entender essa atitude, mas não admiti-la, pois se baseia num grande equívoco ou numa análise precária da realidade social.

A Universidade jesuíta não pode descuidar esse componente ‘pública’ ou ‘política’ da justiça, mas deve empenhar-se em formar *cidadãos*, fazer que seus alunos tenham o senso do *ben comum*, que saibam pensar os problemas na perspectiva universal do Estado; que tenham em mente a importância da participação democrática de todos, o respeito das minorias, a consciência dos direitos civis e sociais de todos, a indignação ante as discriminações e injustiças cometidas contra qualquer pessoa ou grupo social.

É o espírito de *cidadania* que leva cada cidadão a reivindicar e a defender seus direitos e a achar normal e desejável que os outros façam o mesmo. Incentiva a vigilância da sociedade sobre seus governantes, cobrando deles uma postura ética, um trabalho efetivo pelo bem comum. Aceita de bom grado que, como cidadão, tenha deveres e que as leis e as autoridades sejam respeitadas. Não considera as normas legítimas como arbitrárias, mas obedece, pois é conforme à razão que o faça. Mas para que prevaleça esse espírito de cidadania, ou atitude *cidadã*, como dizia Ulisses Guimarães, faz-se necessária uma mudança radical na atitude comum em nossa cultura latino-americana a respeito do Estado, para que dê lugar a uma *cultura de cidadania*: há que reformular todo um conjunto de relações para com o Estado, visto conforme o interesse do indivíduo ou grupo, ora como um instrumento de coerção da liberdade, ora como uma grande máquina de que é preciso apoderar-se para usufruir privilégios e impunidade.

Como conscientizar o corpo universitário sobre os problemas de cidadania? Um aprofundamento teórico é importante: analisar o papel do Estado, estudar os Direitos Humanos, acompanhar os problemas políticos com uma visão crítica etc. Mas a prática da cidadania é a melhor

maneira de formar cidadãos: participar da política estudantil, sindical; dos movimentos em defesa dos Direitos Humanos, das campanhas em defesa da ecologia e contra discriminações; ou então, organizar “Clubes de Cidadania” como esses que a PUC do Rio promove - uma fórmula particularmente feliz de ação social, pois, ao mesmo tempo que os alunos exercitam sua cidadania, conhecem bem de perto os problemas das classes populares e despertam nelas a consciência e a dignidade de cidadãos.

E de um modo geral, **participar**: o *apolitismo* e a *despolitização* são profundamente egoístas e reacionários, e nossas sociedades têm demasiados problemas para que uma pessoa, formada em Universidade católica, possa omitir-se.

c) Justiça social

Neste ponto, podemos ser mais breve: não só por ter sido inúmeras vezes muito bem exposto - haja vista o documento da AUSJAL sobre os *Desafios da América latina*, que desenvolve com mestria o tema; mas também e sobretudo pela notória evidência das injustiças sociais em nosso continente. Situação **escandalosa**, diz o Documento citado. Aliás, cada dia, os jornais, as televisões trazem farto material que ilustra até à saciedade tal injustiça - e os organismos internacionais em seus relatórios, e a imprensa do Primeiro Mundo colocam o Brasil, em matéria de justiça social, numa posição nada invejável entre as nações do planeta. Bastaria que fosse o país de pior distribuição de renda no mundo, só superado, vez por outra, pela Botswana.

Formar nossos alunos para a justiça não é apenas dar-lhes informações sobre a situação: é, sobretudo, fazer que e eles *sintam* seu absurdo e se disponham a lutar para transformar seu país numa sociedade mais justa. Seria esse objetivo inacessível, por ir contra o próprio interesse de classe de nossos alunos? Eles têm a expectativa de melhorar sua posição na escala social com a boa formação profissional aqui recebida e sabem muito bem que, neste país e no sistema capitalista em que vivemos, só vale quem tem.



Porém foi muitas vezes acentuada a cegueira das classes dominantes brasileiras: como não enxergaram nunca que, se o povo tivesse instrução e saúde, se recebesse um salário razoável, o país seria um país viável, quem sabe?, uma potência entre as nações do mundo? Que haveria um enorme mercado interno onde a indústria, o comércio e os serviços poderiam negociar muito mais e auferir grandes lucros. Como nossos líderes democráticos não viram o que o Ditador Pinochet entendeu, pois seu regime gastava em saúde várias vezes o percentual do Brasil? (Aliás, por mais que os neoliberais dissessem, os Militares chilenos nunca aceitaram privatizar as empresas de cobre no Chile, como fizemos com a Vale do Rio Doce e queremos fazer com a Petrobrás). Todos sabem quem é o economista Roberto Campos, que, durante certo tempo, foi o bode expiatório da esquerda por sua mentalidade conservadora. Pois bem, ele escreveu há pouco um artigo, em cadeia nacional, em que diz que somos **predadores** (possivelmente simpáticos), pois fazemos que o Estado retire renda das classes pobres para dar às classes média e alta ensino universitário gratuito e aposentadorias privilegiadas. Somos os beneficiários de um sistema tremendamente injusto; e o Estado brasileiro é um “Estado predador” que agrava ao invés de diminuir as desigualdades. (2 de março de 97).

Mesmo que não consigamos tornar nossos alunos pessoas dedicadas às grandes causas da justiça e da igualdade, não se deve desesperar de fazê-los entender evidências desse porte. Se a imprensa capitalista apresenta os *tigres asiáticos* como o modelo ideal para o nosso desenvolvimento, é bom lembrar que o investimento que fazem em educação é uma das chaves do seu êxito - e nós queremos chegar lá apenas com salários de miséria. Que países de perfeita ortodoxia capitalista fizeram uma reforma agrária, e bastante radical, para se desenvolverem? Nós queremos tornar-nos um país moderno,

deixando que se arraste por décadas e séculos um problema humano, social, político e econômico de tal magnitude.

Claro que não é essa nossa motivação na luta pela justiça; estamos somente argumentando para mostrar que, mesmo do ponto de vista do interesse das classes dominantes - já que vivem numa só e mesma sociedade nacional que o resto da população -, a justiça social é urgente. E a falta clamorosa de justiça já começa a redundar, em forma de violência e deterioração da qualidade de vida, sobre as classes privilegiadas, sobre suas belas cidades e praias maravilhosas.

A verdadeira motivação, para nos interessarmos pelos problemas de nossos irmãos marginalizados, excluídos, vivendo na pobreza e na miséria, é a nossa vocação cristã. Para nós, a mensagem de Cristo é clara e se resume numa palavra só: **o outro**. O cristão é aquele que se interessa pelo **outro**, que o reconhece e acolhe como se fosse Cristo, como se fosse Deus. O cristão sai de si mesmo, ou seja, de seu egoísmo, em direção a seu **outro**, e assim está saindo em direção a Deus: ele e o seu outro estabelecem laços de reconhecimento, como há uma longa história de agravos - laços de reconciliação. E, então, Deus está presente nessa união, que é a paz, nesta paz, que é fruto da justiça, que, por sua vez, é a verdade em nossas relações humanas. É o que nos ensina nossa Fé. E a Universidade Católica hoje, em seu compromisso com a **Fé**, com a **Verdade**, com a **Justiça** está contribuindo para que o Terceiro Milênio, que se aproxima, seja o “**Reino da Verdade e da Vida, Reino da Justiça, do Amor e da Paz**” - como canta o Prefácio de Cristo Rei.

PAULO MENESES

Abertura do Seminário da Unisinos

“Visão inaciana da Educação”

S. Leopoldo, 14-05-97